

| III - Outras compensações financeiras | 0,00 |
|---------------------------------------|------------------|
| IV - Subtotal | 1.908.044.385,26 |
| V - Aplicações financeiras | 105.583.528,33 |
| VI - Total das receitas (IV + V) | 2.013.627.913,59 |

Fonte: Anexo 10 Consolidado da Lei Federal nº 4.320/64 – Peça 13.

Nota: O valor total das receitas consignado no quadro anterior não contempla eventuais recursos recebidos a título de cessão onerosa previstos na Lei Federal nº 13.885/19.

9.2. Despesas custeadas com Compensações Financeiras

A seguir demonstra-se a Tabela de despesas custeadas com recursos da compensação financeira pela exploração do petróleo, xisto, gás natural e recursos hídricos:

Tabela 42. Despesas custeadas com recursos de Compensações Financeiras

| Descrição | Valor - R\$ | Valor - R\$ |
|-----------------------------------|----------------|------------------|
| I - Despesas correntes | | 727.914.597,97 |
| Pessoal e encargos | 43.639.858,30 | |
| Juros e encargos da dívida | 0,00 | |
| Outras despesas correntes | 684.274.739,67 | |
| II - Despesas de capital | | 297.840.963,16 |
| Investimentos | 297.840.963,16 | |
| Inversões financeiras | 0,00 | |
| Amortização da dívida | 0,00 | |
| III - Total das despesas (I + II) | | 1.025.755.561,13 |

Fonte: Despesas na Fonte de Recurso dos *Royalties* por Grupo de Natureza de Despesa — Peça 150 (fls. 118) e documentação contábil comprobatória — Peça 100.

Em que pese a indicação acerca de realização de despesas com pessoal, as mesmas ocorreram em face dos profissionais do magistério em efetivo exercício (peça 100, fls. 189 a 192), com recursos provenientes da Lei 12.858/13 (Pré-Sal) a qual não possui vedações nesse sentido.

Assim, da análise das informações constantes dos autos, verifica-se que o Município **não aplicou** recursos de *royalties* **em pagamento de pessoal e dívidas vedadas pela** Lei Federal nº 7.990/89, alterada pelas Leis Federais nº 10.195/01 e nº 12.858/13.

Verifica-se também que **não** ocorreram transferências financeiras dos *royalties* para capitalização do regime próprio de previdência social, em conformidade com a legislação vigente (peça 108).